

Educação popular e pedagogia feminista: desafios e possibilidades em um cursinho pré-vestibular popular em Belo Horizonte

Maria Inês de Oliveira Sousa[1]

Anna Paula Vencato[2]

Resumo

Este trabalho trata de uma pesquisa de mestrado em fase de análise de dados. Utilizamos, como metodologia, um estudo de caso do cursinho popular Floresta, que faz parte da Rede Emancipa – Movimento Social de Educação Popular, localizado em Belo Horizonte/MG/Brasil. Buscamos aqui realizar uma descrição crítica do cursinho, assim como uma revisão bibliográfica pertinente a esta análise. Propomos analisar como as questões de gênero perpassam a educação popular e também compreender as intersecções entre a pedagogia freiriana e feminista no contexto pesquisado. A partir dos pressupostos da educação popular, comprometida com a educação emancipadora dos sujeitos, visamos compreender as potencialidades dessas articulações no cursinho pesquisado.

Palavras-chave

Educação Popular; Pedagogia Feminista; Rede Emancipa; Emancipa Floresta.

Introdução

Diante das desigualdades e opressões de gênero existentes em nossa sociedade, é fundamental criar espaços formativos onde os indivíduos – em especial as mulheres –, possam, através de suas vivências, identificar e questionar o sistema patriarcal e as relações de poder, opressão e dominação a que são submetidas. Sabemos que o ambiente escolar é um espaço importante para esses processos, mesmo que, por si só, não seja suficiente para promover essas discussões, o que torna ainda mais importante a existência de espaços não escolares e movimentos sociais que atuem no debate em torno dessas questões.

A educação popular não pode ficar de fora dessas diversas lutas e debates, em especial a luta feminista. Apesar de tratarem de questões em geral distintas, a

educação popular e o movimento feminista se completam ao denunciar as diversas facetas das desigualdades de gênero, sociais, políticas e educacionais em nossa sociedade.

Assim, este artigo tem como objetivo apresentar resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em andamento, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais realizada em um espaço de educação popular localizado em Belo Horizonte/MG/Brasil.

A pesquisa de campo foi realizada de 2022 a 2023 no cursinho popular Emancipa Floresta, localizado em Belo Horizonte – MG. Este cursinho faz parte da Rede Emancipa: Movimento Social de Educação Popular, um movimento social de alcance nacional (de que falaremos mais adiante). O objetivo do estudo é analisar a articulação entre educação popular interseccionalizada pela a pedagogia freiriana e a feminista no contexto do Emancipa Floresta, utilizando como metodologia o estudo de caso[3]. A articulação entre educação popular e pedagogia feminista tem sido discussão na área da educação, tendo em vista a necessidade de se refletir práticas educativas emancipatórias e inclusivas, o que não tem se dado a partir da formulação de consensos universalizantes, uma vez que esta pedagogia se volta para a produção de (re)conhecimentos e especificidades dos sujeitos e sujeitas envolvidos no processo educativo (Maso & Mendonza, 2021; Oliveira et al., 2022; Silva, 2022).

Além de apresentar reflexões sobre essa interação, o artigo busca compreender como as questões de gênero permeiam o cursinho e como a pedagogia freiriana se articula nesse contexto. Para tanto, além de leituras e pesquisas, realizou-se a análise do registro do diário de campo (aulas, círculos de conhecimento) e de alguns dados disponibilizados pelo Emancipa Floresta. Dessa forma, este trabalho não se limita a caracterizar apenas o local pesquisado, mas também contribuir para a compreensão de como essas duas abordagens se relacionam entre si e para discussões sobre o desenvolvimento de uma educação popular feminista.

Rede Emancipa - Movimento Social de Educação Popular

A Rede Emancipa surgiu em 2007 e foi fundada por um conjunto de educadores, como uma resposta ao modelo mercadológico que o Cursinho da Poli havia adotado ao longo dos anos. O Cursinho da Poli é um cursinho popular brasileiro que, conforme Menezes (2012), a partir dos anos de 1980 conquistou prestígio e passou

a ser referência nacional no campo de cursinhos populares. Inicialmente, o intuito do cursinho era proporcionar oportunidades de preparação para vestibulares a estudantes que não podiam arcar com os custos de cursinhos. No entanto, ao longo do tempo, o cursinho tornou-se mais comercial, passando a cobrar mensalidades dos alunos. Diante desse contexto, a Rede Emancipa surge como uma alternativa aos cursinhos particulares, apresentando-se como uma proposta de educação popular, gratuita e de qualidade para pessoas de baixa renda que desejam acessar o ensino superior. Além disso, esse conjunto de educadores que desempenharam um papel fundamental na criação da Rede Emancipa também defendiam a necessidade não apenas de um cursinho popular, mas sim uma rede de cursinhos capaz de atuar como um movimento social nos processos de transformação social (Mendes, 2011).

Para tanto, os cursinhos preparatórios pré-vestibular da Rede Emancipa buscam adotar uma abordagem educacional que rejeite os preceitos do mercado, os quais mecanizam o ensino numa perspectiva de educação bancária. A Rede Emancipa constrói uma forte crítica ao caráter de classe e excludente dos vestibulares, colocando inclusive como uma de suas bandeiras a luta pela universalização do ensino superior e o próprio fim dos vestibulares.

Nesse processo, a ideia de construção de uma Rede “se concretiza na prática do cursinho” que, ao mesmo tempo, “alimenta a Rede com as experiências desenvolvidas” (Mendes, 2011, p. 88). Essa definição é importante pois, para a maior parte dos educadores e educadoras que constroem a Rede Emancipa, a atuação enquanto organização política é o processo capaz de levar à frente de cursinhos essa disputa política de transformação social, em especial na crítica à elitização do acesso à universidade (Mendes, 2011). O método de organização e atuação da Rede Emancipa é extremamente relevante para o cumprimento dos desafios que o movimento tem. Afinal, como afirmam Costa e Aragão (2018, p. 12), o objetivo da Rede Emancipa além de trabalhar a partir dos conteúdos de vestibulares, gira em torno do desenvolvimento de uma “consciência social, política e cultural dos alunos e voluntários”.

A educação popular torna-se então o eixo orientador da atuação do cursinho tendo como grande referência o pensador e educador Paulo Freire. No sentido de educação popular observado na Rede Emancipa percebe-se a tentativa de construção de uma educação libertadora, que engaja os indivíduos nos processos de luta diversos de transformação da realidade objetiva. Portanto, além de enfatizar a importância de aulas que engajem os/as alunos/as no diálogo sobre conhecimento

e as contradições sociais, bem como a resistência a elas, a Rede Emancipa também promove em seus diversos cursinhos os *círculos de conhecimento*. Tais círculos são espaços, dentro do cursinho, onde os docentes e estudantes fazem debates sobre diversos temas que remetem às desigualdades sociais, pensando a partir de questões que estão enraizadas no cotidiano social dos/as construtores/as do cursinho. Esses espaços são marcados pela horizontalidade e por uma construção comum de sínteses a partir do livre e democrático debate entre os/as ativistas.

Esses momentos são fundamentais à estratégica política e pedagógica adotadas pois, além de quebrar as tensões da lógica de aulas e mais aulas – como se faz no modo de atuação padrão de cursinhos –, ajudam no aprofundamento dos debates que ocorrem nas demais aulas, nos momentos em que os problemas sociais que estão ali presentes não podem ser o centro das reflexões e atuação de estudantes e professores.

Ao longo dos dezesseis anos da Rede Emancipa o movimento avançou em seu processo de nacionalização, tendo hoje cursinhos organizados e distribuídos em diversos estados[4]. Além disso, mesmo que a Rede Emancipa tenha se originado como um organizador de cursinhos populares, ao longo de sua existência o movimento explorou diversas possibilidades de aplicação da educação popular. Entre elas podemos citar o Emancipa Esportes, que atuou em Belo Horizonte/MG, e que “buscava democratizar o acesso ao esporte, cultura e lazer, com o intuito de construir um futuro diferente para crianças e adolescentes” (Gonçalves et al., 2021).

Outro exemplo de inserção é a atuação da Rede Emancipa dentro do DEGASE (Departamento Geral de Ações Socioeducativas), que recebe, no Rio de Janeiro, jovens e adolescentes com penas de restrição de liberdade. Segundo Figueiredo (2019, p. 35), o trabalho do Emancipa DEGASE:

[...] dispõe de dois eixos principais: sala de aula e acompanhamento. O primeiro desempenha o papel de reforço escolar, através de círculos de cultura e disciplinas de alfabetização, humanas e matemática. Já o segundo, atua diretamente com os adolescentes egressos do DEGASE, que foram alunos do Emancipa, na construção de um plano de emancipação que incentive as suas potências e para que ressignifique a sua experiência infracional, de modo que esse jovem não se torne reincidente

Além do “Emancipa Esportes” e “Emancipa DEGASE” podemos também citar as experiências em São Paulo no “Ensino de Português como Língua de Acolhimento para Imigrantes” (Simões, 2023); a recente criação do “Emancipa Malês” como experiência internacionalista de cursinhos populares envolvendo atores do Brasil, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Angola. Além disso, o Núcleo de Psicologia da Rede Emancipa se fortaleceu durante o período de pandemia da COVID-19 (Paz et al, 2023), oferecendo suporte emocional aos alunos e discutindo questões relativas à saúde mental. Vale destacar, também, a importante criação da Universidade Emancipa, uma experiência que se inicia na formação de educadores populares e, dentre outras tarefas, visa “alimentar a tensão criativa entre educação popular e universidade” (Vasconcelos et al., 2023, p. 11).

Em Minas Gerais, a Rede Emancipa surgiu em 2013, na cidade de Montes Claros, norte do estado, a partir da experiência de luta de jovens que participaram ativamente das jornadas de junho de 2013[5]. Em Belo Horizonte, por sua vez, a Rede Emancipa surgiu apenas em 2015, por meio do seu núcleo Emancipa Floresta que oferece aulas aos fins de semana no Centro de Referência da Juventude (CRJ). Além desse núcleo, em Belo Horizonte, conta ainda com outros dois da Rede Emancipa: o Emancipa Estação (2023), que funciona a noite de segunda a quinta também no CRJ, e o Emancipa BH Oeste (2020), que atua na região do Cabana do Pai Tomás, uma das maiores comunidades da cidade.

Emancipa Floresta BH

O Emancipa Floresta é um dos núcleos da Rede Emancipa – Movimento social de Educação Popular, que foi fundado em 2015 por Sara Azevedo[6]. O cursinho realizava suas atividades na Escola Municipal Paulo Mendes Campos, localizada no bairro Floresta, o que originou o nome do núcleo. Atualmente, o Emancipa Floresta funciona no Centro de Referência da Juventude, em Belo Horizonte/MG, sob nova coordenação e com outra equipe de educadores/as populares. Sua coordenação e organização são realizadas de forma voluntária o que, em muitos casos, resulta na alta rotatividade dos sujeitos envolvidos, especialmente de educadores/as populares. Esse conjunto de voluntários/as são em geral professores/as, estudantes de graduação ou pós-graduação e ex-alunos/as do cursinho, que atuam através das aulas regulares e também em mobilizações em defesa da democratização da universidade.

Segundo Mendes (2009, n.p), “a principal característica dos cursinhos populares é seu público-alvo: jovens oriundos de classes populares”. No Emancipa Floresta esse

público não é diferente. Durante a pandemia, através dos dados de inscrições de estudantes, 100% dos/as alunos/as eram oriundos de escolas públicas e 80% recebiam bolsa família. Com relação à classificação étnico-racial, 45% se autodeclararam pardos/as, 25% pretos/as e 30% brancos/as. Quanto ao gênero, as matrículas são compostas por 80% de mulheres, enquanto homens são 20%. Em 2022, foram mais de setenta alunos/as inscritos, o perfil dos/as estudantes não sofreu tantas alterações, a maioria são de escolas públicas e novamente com grande presença feminina. Não obtivemos qualquer informação até aqui sobre a frequência de travestis e transexuais. O público discente reside tanto em Belo Horizonte como na região metropolitana. De acordo com os autores Silva & Silva (2021, p. 61) é relevante pensar nesses trajetos, pois a dedicação e

[...] o esforço de continuar estudando e desejar ingressar no ensino superior não se restringe apenas ao tempo dedicado ao cursinho, mas ao seu deslocamento também. A rotina de estudos envolve um planejamento de tempo, gastos, deslocamentos entre espaços de aprendizagens e outros espaços (como emprego, estágio, etc.)

Muitos/as jovens enfrentam desafios para além dos estudos, incluindo as desigualdades econômicas, sociais e educacionais que dificultam sua progressão nos estudos. Esse cenário é ainda mais complexo para as mulheres das camadas populares, que, além desses fatores, precisam conciliar os estudos com a dupla ou tripla jornada de trabalho diária. As mulheres pobres e negras, em especial, sofrem ainda mais com essa realidade.

O Emancipa Floresta busca enfrentar essas desigualdades sociais e de gênero, alicerçado, especialmente, na pedagogia de Paulo Freire e na educação popular. Dessa forma, o cursinho se esforça para desenvolver um ensino que supere a crença da meritocracia, do ensino bancário, excludente e priorizando uma educação da ação-reflexão. O cursinho exerce uma função essencial na luta pela educação de qualidade e na universalização do ensino ao tentar garantir que estudantes das classes populares possam ocupar um lugar que por muito tempo lhes foi negado, dentro deles, a universidade. Muitos jovens que passaram pelo cursinho, ocupam este espaço, rompendo assim com o bloqueio do acesso ao Ensino Superior.

O Emancipa Floresta procura se distinguir de cursinhos comerciais e outros que se autodenominam populares, mas não estão comprometidos com a perspectiva de

conscientização dos/as alunos/as e nem engajados na luta pela democratização da educação superior (Mendes, 2011, 2012). Para alcançar esse objetivo, além de abordar os conteúdos exigidos pelo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), o cursinho propicia momentos que vão além dos temas cobrados na prova. Esses momentos acontecem através dos círculos do conhecimento, uma roda de conversa em que são discutidos temas de “[...] caráter político progressista, relativos tanto às lutas pela democratização da educação superior quanto a pautas dos movimentos negro, das mulheres, LGBTT[7], sindical etc.” (Groppo, Oliveira & Oliveira, 2019, p.13).

Através dos círculos, o cursinho busca educar e reeducar estudantes e educadores/as, propiciando momentos de reflexão e questionamentos sobre temas que dialogam com suas vivências. O processo de construção e desenvolvimento dos círculos envolve discussões relacionadas a gênero, feminismo, relações de poder, estereótipos, racismo dentre outras pautas sociais, assuntos caros à construção de uma sociedade mais justa e democrática. (Silva & Silva, 2021).

Aproximações: educação popular e pedagogia feminista no Emancipa Floresta

A educação popular e a pedagogia feminista, por mais que sejam campos epistemológicos diferentes, se complementam e se interligam por meio de pedagogias que corporificam um pensamento emancipador (Macedo, 2021). As duas lutam por uma educação que reconheça e valorize as experiências e saberes dos indivíduos, além de atuarem na promoção da justiça social e nas transformações das relações de poder e opressão presente na sociedade. Nesse sentido, seguimos Márcia Alves da Silva e Eliane Godinho (2017, p. 6), quando afirmam que

Ao aliar as duas propostas, o que se almeja é promover e fomentar um espaço em que mulheres falem com e para outras mulheres, mas também construindo novas relações entre as mulheres e entre mulheres e homens a partir do reconhecimento de suas diferenças, assim como das relações de poder.

Nessa perspectiva os cursinhos populares, como o Emancipa Floresta, se tornam espaços importantes para o desenvolvimento dessas pedagogias e de práticas educativas que buscam a autonomia e participação ativa dos sujeitos na construção

de saberes coletivos.

Por educação popular entendemos uma educação que prioriza um ensino horizontal, o diálogo entre educadores/as e educandos/as, que respeita e valoriza os saberes dos/as alunos/as, tendo como princípios a ética, a solidariedade, emancipação e transformação social e objetivos a formação de sujeitos críticos, além de denunciar todas as formas de opressão, violações, desigualdades, incluindo aquelas relacionadas ao gênero.

Pontual (2019) ressalta que a educação popular tem “a missão de contribuir para a construção de uma cidadania ativa e transformadora a partir do exercício da democracia participativa, objetivando um modelo de desenvolvimento integral promotor da justiça social, da inclusão social com equidade de gênero, [...] da superação de todas as formas de violência” (p. 143). Já Freire (1996, 79), destaca a importância da educação em “desafiar os grupos populares para que percebam, em termos críticos, a violência e a profunda injustiça que caracterizam sua situação concreta. Mais ainda, que sua situação concreta não é destino certo ou vontade de Deus, algo que não pode ser mudado.” É a partir desse contexto que o movimento feminista busca dialogar com as mulheres, como sujeitas da luta contra opressões e pela emancipação. Nesse sentido, a pedagogia feminista se aproxima da educação popular como concepção educacional libertadora, especialmente quando a ação educativa possibilita as mulheres, historicamente oprimidas, compreenderem que essa emancipação se dá de forma individual e coletiva.

Entendemos o feminismo como um movimento político, plural, que contesta o sistema patriarcal, capitalista e racista. Como observado por hooks (2018, p.10) o “[...] feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão.” Para contextualizar suas lutas, o movimento se reinventa de acordo com a dinâmica social. As diferentes formas de discriminações, preconceitos e opressões estão entrelaçadas às questões de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade e outros marcadores sociais que buscam perpetuar a relações de poder em nossa sociedade.

Conforme Bastos Silva e Eiterer, os “marcadores sociais de diferença, tais como gênero, raça, classe, origem e geração operam para delimitar a posição que os sujeitos podem assumir, especialmente, nas assimetrias vividas por mulheres negras [...]” (2021, p. 445) e aprofundando as desigualdades. Nesse sentido, é fundamental lutar contra essa pedagogia da opressão, pois, se opressores/as constroem sua pedagogia para a perpetuação da dominação, as/os oprimidas/os precisam criar uma pedagogia de resistência, na qual exista a possibilidade de

emancipar-se (Scocunglia, 2019).

Nesse cenário, tanto a pedagogia feminista quanto o movimento feminista encontram afinidades com a filosofia da educação popular, compartilhando a busca pela conscientização das pessoas envolvidas. Por pedagogias feministas entende-se

[...] o conjunto de princípios e práticas que visa a conscientizar indivíduos, tanto homens quanto mulheres, da ordem patriarcal vigente em nossa sociedade, dando-lhes instrumentos para superá-la e, assim, atuarem de modo que construam a equidade entre os sexos. Seu principal objetivo, portanto, é libertar homens e mulheres das amarras das ideologias e hierarquias de gênero, objetivo este que se aplica a todas as metodologias desenvolvidas para o trabalho com mulheres.

(Sardenberg, 2006, p.45).

A autora ainda destaca que

As pedagogias feministas integram as chamadas «pedagogias críticas» ou «pedagogias libertadoras» – ou seja, o conjunto de teorias e práticas educativas e de aprendizado formuladas para propiciar a conscientização das condições de opressão em que vivem as/os educandos. Seu propósito maior é desencadear um processo de liberação pessoal por meio do desenvolvimento de uma consciência crítica, como um primeiro passo essencial para ações coletivas transformadoras.

(Sardenberg, 2006, p.45).

Assim, tanto as pedagogias feministas quanto a educação popular partem do pressuposto de que o processo educativo é permeado por intencionalidades e não é neutro. De acordo com Sardenberg (2006), a formação pode tanto educar para a submissão quanto para a libertação, e essas duas pedagogias buscam romper com a lógica de um ensino que busca domesticar corpos e mentes, que subordina e oprime.

Messina (1997), *apud* Sardenberg (2006), destaca que as práticas da Pedagogia Feminista de Gênero para mulheres, sobretudo dos setores populares, têm-se caracterizado como

(...) uma busca educativa que transita pela educação popular, que confronta o saber local com o saber externo, que assume a flexibilidade dos processos, reconhece o particular dos processos, valoriza o trabalho coletivo e de grupo como um espaço de aprendizagem que vincula as histórias individuais à vida social. Esta busca educativa implica criar metodologias e materiais pensados para o trabalho com mulheres e, ao mesmo tempo, abrir-se para um diálogo com os outros

(Messina, 1997, p. 13 *apud* Sardenberg, 2006, p.47).

A pedagogia feminista busca analisar criticamente as desigualdades de gênero presentes na sociedade, bem como as formas pelas quais a educação reproduz essas desigualdades. Sua abordagem participativa valoriza a diversidade e experiências feministas. Quando combinadas sua abordagem com a educação popular, temos uma pedagogia feminista e popular. Dessa forma, em espaços como movimentos sociais e em diversos espaços não escolares as pedagogias feministas e populares encontram terreno fértil para serem desenvolvidas.

No Emancipa Floresta, os círculos de conhecimentos são um exemplo de como é possível construir um cursinho popular que propicie reflexão crítica sobre temas relevantes para jovens, incluindo questões de gênero e outras pautas identitárias. Por mais que as atividades do cursinho não partam da pedagogia feminista, isso não significa que elementos da prática educativa feminista não estejam presentes no cursinho. Pelo contrário, pode ser percebida a partir do diálogo com a educação popular e a sensibilização para a importância de se discutir as desigualdades de gênero e outras questões identitárias.

É fundamental que mais espaços como estes sigam existindo, resistindo e promovendo um projeto popular de cursinhos emancipatórios para homens e mulheres e que leve em conta a complexidade, as diferenças e diversidades de experiências humanas, oferecendo espaços de fala e escuta para possibilitar o processo de conscientização a partir da compreensão das estruturas patriarcais e de outras hierarquias e exclusões presentes em nossa sociedade

Considerações finais

Embora os dados iniciais coletados na pesquisa de mestrado em andamento já nos permitam reflexões e discussões relevantes, é importante destacar que a articulação entre educação popular e pedagogia feminista apresentada aqui, com o

avançar da escrita do trabalho, serão mais bem aprofundadas.

Tentamos sublinhar ao longo destas páginas como a Rede Emancipa – Movimento Social de Educação Popular – desempenha um papel essencial na construção de cursinhos populares que buscam superar a lógica mercantilista e bancária da educação. É importante ressaltar que sua rede de cursinhos populares vai além dos objetivos imediatos de aprovação no Enem e/ou vestibulares.

Os cursinhos populares, como o Emancipa Floresta, são espaços de reflexão e convivência que extrapolam o objetivo de preparar os alunos para um exame. Eles se tornam espaços de reflexão e convivência coletiva, oferecendo aprendizagem colaborativa coletiva. Cabe ainda ressaltar que esse espaço oportuniza aos/às estudantes a possibilidade de discutir e se engajar com questões sociais e pautas que muitas vezes são negligenciadas em outros ambientes pelos quais circulam.

Apesar da pesquisa em andamento trazer uma ampla gama de aspectos a serem explorados, já é possível constatar que a pedagogia feminista em diálogo com a educação popular está presente nas atividades desenvolvidas pelo cursinho popular Emancipa Floresta, mesmo que não seja seu foco principal. Esse diálogo se torna evidente nos círculos de conhecimento, onde se propicia discussões e reflexões sobre questões de gênero, feminismo e outras pautas sobre o respeito às diferenças e a construção de um futuro mais justo e igualitário para todas as pessoas

Referências

Abreu, D. L. de, & Leite, J. F. (2016). Protestos de Junho 2013 no Brasil: novos repertórios de confronto. *Revista Polis e Psique*, 6(3), 12-35.

Aragão, R. D. C., Silva, P. S. D., Neto, A. V. D. S., & Alencar, D. L. D. (2015). Cursinho Popular Emancipa: movimento de educação popular. *Revista de Educação Popular*, 14(2), 83-92.

Bastos, L., & Eiterer, C. (2021). Educação De Jovens E Adultos E Interseccionalidade: Mulheres Negras E Idosas, Trabalhadoras E Estudantes. *Diversidade e Educação*, 9(2), 443-465.

Costa, L., & Costa Aragão, R. (2018). Movimento social ou reprodução dos cursinhos pré-vestibulares convencionais? Um estudo do Cursinho Popular Emancipa em Marabá, Pará. *Revista de Educação Popular*, 17(2), 10-20.

Garzon, L. F. D. (2022). Pinheiro-Machado, Rosana. Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. *Cadernos de Campo*, 31(1).

Gonçalves, M. C., Leão, S., Espósito, R., Souza, D. S., & Oliveira, N. (2021). Projetos sociais promovem exemplo de democracia por meio do esporte. *Revista Marta*.

Groppa, L. A., Oliveira, A. R. G. D., & Oliveira, F. M. D. (2019). Cursinho popular por estudantes da universidade: práticas político-pedagógicas e formação docente. *Revista Brasileira de Educação*, 24.

hooks, B. (2018). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Macedo, E. (2021). Pedagogia freiriana e pedagogias feministas:(des) encontros e diálogos (im) possíveis? *Ideação*, 23(1).

Maso, T. F., & Mendoza, N. G. (2021). Educação Popular Feminista: um sonho, uma luta e um ato político. *Revista de Estudos do Sul Global*, 1(2), 158-181.

MESSINA, Graciela. Género e innovación. In T. Buttner, I. Jung e L. King (orgs.) *Hacia una pedagogia de género* – Experiencias y conceptos innovativas. Ponencias y documentos del Seminario Latinoamericano sobre Experiencias en Educación No Formal con Mujeres realizado en Melgar, Colombia, dei 28 de octubre al 1 de noviembre de 1996. Fundación Alemana para el Desarrollo internacional (DSE), Centro de Educación, Ciencia y Documentación (ZED), IUE, CAFAM – 1997

Melo Júnior, A. L. de, & Moraes, R. de. (2018). Estudo de caso como estratégia de investigação qualitativa em educação. *Ensaio Pedagógicos*, 2(1), 26-33.

Mendes, M. T. (2009). Cursinhos populares pré-universitários e educação popular: uma relação possível?. *Anais do Fórum de Estudos Leituras Paulo Freire*, Porto Alegre, RS, Brasil, XI.

Mendes, M. T. (2011). *Inclusão ou emancipação?* Um estudo do Cursinho Popular Chico Mendes/Rede Emancipa na Grande São Paulo. Dissertação de mestrado,

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Oliveira, I. M. de, Botelho, D. M., & Souza, A. P. A. de, & Rodrigues, C. M. L. (2022). Por uma pedagogia feminista... Até que todas sejamos livres! *Revista de Educação Popular*, 21(3), 157-178.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

Figueiredo, M. O. D. (2019). *A perspectiva da pedagogia de emergência para a conjuntura brasileira: reflexões sobre a educação não formal e o movimento de educação popular emancipa DEGASE*. Trabalho de Conclusão do Curso de Sociologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

Pinheiro-Machado, Rosana. (2019). *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta Atual.

Pontual, P. C. (2019). Educação popular e participação social: desafios e propostas para hoje. In F. Cássio. *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar* (pp. 159-164). São Paulo: Boitempo.

Sardenberg, C. M. B. (2006). Pedagogias feministas: uma introdução. In *Caderno de textos gênero e trabalho* (pp. 45-58). REDOR, 2006.

Scocuglia, A. C. (2019). *A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise dos paradigmas*. João Pessoa: UFPB.

Silva, B. V. G., & da Silva, E. C. H. (2021). Escritas de si, gênero e cursinho pré-vestibular popular: olhares para as juventudes em espaços não escolares de formação. *Teoria e Prática da Educação*, 24(1), 58-77.

Silva, M. A. D. (2022). Educação popular feminista numa perspectiva descolonial latino-americana. *Acta Scientiarum. Education*, 44.

Silva, M. A. da, & Godinho, Eliane. (2017). A construção de uma pedagogia feminista latinoamericana na perspectiva da educação popular. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress* (Anais Eletrônicos), Florianópolis.

Simões, J. L. (2023). A educação popular no ensino de português como língua de

acolhimento (PLAC) para imigrantes em São Paulo. In J. S. Vasconcelos, M. T. Mendes & D. Mussi (orgs.). *Paulo Freire e a Educação Popular: Esperançar em tempos de barbárie* (pp. 415-426). São Paulo: Elefante.

Vasconcelos, J. S., Mendes, M. T., & Mussi, D. (2023). Alimentar a tensão criativa entre a educação popular e universidade. In J. S. Vasconcelos, M. T. Mendes & D. Mussi (orgs.). *Paulo Freire e a Educação Popular: Esperançar em tempos de barbárie* (pp. 11-23). São Paulo: Elefante.

Notas

[1] Pedagoga, mestranda UFMG e bolsista da CAPES. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3624950196354362>

[2] Doutora em Antropologia pelo IFCS/UFRJ, Professora do DECAE/FaE/UFMG e do PPGE/FaE/UFMG. Coordenadora do Grupo de Pesquisa «Gênero, sexualidades, socialidades e subjetivações» da FaE/UFMG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0542304469914856>

[3] Para tanto, adotamos a discussão sobre estudos de caso proposta por Melo Júnior e Moraes, que consideram esta metodologia “[...] uma estratégia eficiente de pesquisa qualitativa para se compreender um problema de natureza contemporânea em um contexto da vida real, diferenciando-se da pesquisa histórica convencional sobretudo devido ao fato de lidar com ampla variedade de evidências. O resultado da análise demonstrou a singularidade do estudo de caso, dentre as demais estratégias de desenvolvimento de pesquisa. (...) Ademais, tem-se como característica marcante a descrição minuciosa dos detalhes, notadamente de natureza mais acessível do que a utilizada em outras formas de pesquisa. Assim, possui aspectos singulares em sua problematização a este tipo de estratégia investigativa, tais como a relevância das vozes dos sujeitos e contexto onde o mesmo se encontra, objetivos bem definidos, rigor metodológico na coleta de dados e uma constante busca por evidências consideradas fundamentais para a análise, classificação e categorização das mesmas até chegar ao relatório conclusivo da pesquisa” (2018, p. 32).

[4] Alagoas, Amazonas, Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

[5] Conforme Garzon, “Rosana Pinheiro-Machado (2019) reitera a necessidade de abordar as Jornadas de Junho de 2013 como um processo, sem reduzi-las ao seu resultado ou suas consequências mais imediatas, abrindo caminho para novos sujeitos (particularmente aqueles auto-denominados de direita, ainda que de forma ambígua) entrarem em cena.” (2022, p. 4). Nesse contexto, como afirmam Abreu e Leite, “As mobilizações sociais que culminaram nas ações coletivas de 2013, intituladas pelos manifestantes de ‘Jornadas de Junho’, iniciaram com as articulações do Movimento Passe livre e a luta pontual contra o aumento da passagem de ônibus. Porém, posteriormente, ramificaram-se em causas mais amplas e heterogêneas, aos moldes das manifestações ocorridas em outros países, mesclando interesses locais e globais. Houve a sensibilização de outros coletivos sociais e culturais de formação recente e com pequeno número de participantes, formando uma rede heterogênea de atores sociais: mídias ativistas como o grupo Anonimus, Midia Ninja, anarquistas, associações de bairros da periferia, entre outros grupos e coletivos de menor expressão nacional. Curiosamente, as Jornadas de Junho não foram convocadas diretamente pelos movimentos tradicionalmente ativos, esses agregaram forças em um segundo momento. Foram estas plêiades de atores sociais que mobilizaram a sociedade civil, com toda sua heterogeneidade e contradições ao participar desses grandes protestos. Mobilizações que também despertaram o reaparecimento de ideias e grupos conservadores como, por exemplo, a Marcha da família com Deus e pela Liberdade, a qual marcou presença no desdobrar dessas mobilizações de massa” (2018, p. 13-14).

[6] Sara Rayanne Silva Azevedo é professora da Rede Estadual de Minas Gerais, educadora popular, militante feminista e atualmente está na vice-presidência do PSOL Minas Gerais.

[7] Para fins de contemporanizar esta sigla, sempre em movimento, adicionamos outras vivências que não constam das citadas pelos/as autores/as citados/as. Assim, atualmente, o adequado seria utilizar o LGBTQIAPN+, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/transgêneros/travestis, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binaries entre outros.